

A governança do turismo religioso na pandemia da Covid-19: o estudo de caso de Nova Trento/SC – Brasil

The governance of religious tourism in the Covid-19 pandemic: the case study of Nova Trento/SC – Brazil

Anderson Sartori

Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia Catarinense – IFC, Sombrio/SC, Brasil

E-mail: anderson.sartori@ifc.edu.br

Artigo recebido em: 15-07-2021

Artigo aprovado em: 18-11-2021

RESUMO

A pandemia provocada pela Covid-19 modificou as formas de conviver em sociedade, com a necessidade de protocolos para o enfrentamento da doença. As restrições de deslocamentos e aglomerações trouxeram impactos pelo mundo com diferentes planejamentos, de acordo com as políticas implementadas em cada país. O turismo foi afetado diretamente com a pandemia, com consequências que serão mensuradas de forma adequada. O turismo religioso, por envolver elementos materiais e imateriais do sagrado, como também aglomerações, devido aos rituais e cultos, teve seus destinos e atrativos restritos ao acesso de fiéis, turistas e peregrinos, por meses no Brasil, dependendo do estado. Dentro desse quadro de limitações geradas a partir de 2020, o objetivo deste trabalho foi analisar as estratégias de governança do turismo religioso no contexto da pandemia da Covid-19 no município de Nova Trento, em Santa Catarina/Brasil. A pesquisa é caracterizada como qualitativa, exploratória, com delineamento de estudo de caso, com uso de referencial bibliográfico e documental, como fontes e análise do discurso. Os resultados apresentam a ausência de articulação em rede na governança do destino, com as instituições religiosas definindo suas estratégias e medidas para manutenção do contato com os fiéis. O processo de retomada do turismo também não foi articulado com as instâncias de governança, com a manutenção das transmissões on-line das celebrações, mesmo com a presencialidade nos templos. A dificuldade de acesso a fontes é considerada uma fragilidade e o aprofundamento de pesquisas sobre a governança no turismo religioso deste destino é uma das sugestões para novos trabalhos.

Palavras-chave: Turismo. Turismo Religioso. Governança. Pandemia Covid-19.

ABSTRACT

The pandemic caused by Covid-19 changed the ways of living in society, with the need for protocols to deal with the disease. Displacement and agglomerations restrictions had impacts around the world with different plans, according to the policies implemented in each country. Tourism was directly affected by the pandemic, with consequences that will be properly measured. Religious tourism, as it involves material and immaterial elements of the sacred, as well as agglomerations due to rituals and cults, had its destinations and attractions restricted to the access of believers, tourists and pilgrims in Brazil for months, depending on the state. Within this framework of limitations generated from 2020, the objective of this work was to analyze the governance strategies of religious tourism in the context of the Covid-19 pandemic in the municipality of Nova Trento, in Santa Catarina/Brazil. The research is characterized as qualitative, exploratory, with a case study design, using bibliographic and documental references as sources and discourse analysis. The results show the absence of network articulation in the governance of destiny, with religious institutions defining their strategies and measures to maintain contact with the faithful. The process of retaking tourism was also not articulated with the instances of governance, with the maintenance of online transmissions of the celebrations, even with presence in the temples. Difficulty in accessing sources is considered a weakness and further research on governance in this destination about religious tourism is one of the suggestions for further work.

Keywords: Tourism. Religious Tourism. Governance. Covid-19 Pandemic.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A celebração religiosa realizada pelo Papa Francisco, em 27 de março de 2020, na Praça de São Pedro (Vaticano) totalmente vazia é um dos símbolos marcantes para o mundo no contexto da pandemia da Covid-19, que, no período, tinha proporções preocupantes pelo número de mortes diárias somente em países europeus e asiáticos, chegando a mais de mil, como no caso italiano. A presença de um crucifixo do século XVI – utilizado durante uma peste, na Itália, para afastar esse mal – trouxe ainda mais simbolismos e peso à cerimônia católica, renunciando um período conturbado frente ao novo vírus. A definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os perigos e a potencialidade de transmissão geraram a definição da doença como uma pandemia, requerendo cuidados para seu controle, entre eles, o distanciamento social e o uso de máscaras no cotidiano (WHO, 2020).

O Vaticano, como centro religioso do catolicismo, recebe, anualmente, milhões de peregrinos, fiéis e turistas, que buscam conhecer o patrimônio cultural, qualificado como sagrado para os seguidores da fé, como também têm a oportunidade de ver e ouvir as orações, celebrações ou comunicados do Papa, considerado a entidade máxima dessa religião. A pandemia da Covid-19 impactou diretamente as religiões pelo mundo, devido ao processo de restrições de circulação e aglomerações, modificando, assim, eventos tradicionais, como a peregrinação à Meca, durante o Ramadã, no caso dos muçulmanos.

Esse impacto recaiu também sobre o turismo religioso de diversos modos, seja pelas novas formas de contato com o sagrado, com a mediação das tecnologias, seja pelas dificuldades com as restrições de viagens e acesso a lugares sagrados. Além disso, observou-se a presença de anseios e medos, por parte da recepção dos turistas e peregrinos, gerados pela transmissão e contaminação. Esse fenômeno, embora não sendo novo (das doenças transmissíveis em escala global), impactou em todas as esferas das sociedades: as medidas tomadas por cada país proporcionaram, ou não, a proliferação em massa dos casos e números alarmantes de mortos. Tal contexto afetou, e afeta, diretamente os sujeitos, em escala individual e coletiva, frente às incertezas colocadas sobre o futuro e seus possíveis planos, ampliando a busca por auxílio espiritual (ao menos em tese) nesse momento de crise (Wolff, 2021).

Korstanje (2020) questiona, ao comparar com outros eventos históricos – como o 11 de setembro –, se a concepção de peregrinação e de turismo religioso, como conhecida, não terá seu fim com a pandemia, devido ao medo do outro e do vírus, inimigo invisível, que modifica a ideia de hospitalidade, ao menos nas sociedades ocidentais. Em outra perspectiva, Olsen e

Timothy (2020) apontam as medidas necessárias para a retomada das peregrinações e do turismo religioso. Tais ações envolvem a gestão de resíduos, a higiene mais eficiente e cuidadosa, filas obrigatórias para entrada nos espaços sagrados, a possibilidade de estender as datas de festivais religiosos e eventos, o monitoramento de rotas e trilhas religiosas, para garantir distanciamento físico entre os participantes. Estes autores também definem como fundamental o papel das lideranças religiosas nos esforços para reduzir os efeitos de pandemias futuras, bem como a importância de incorporar normas religiosas e valores, visando a equilibrar as necessidades sagradas e seculares que devem integrar as preocupações e visões dos diferentes sujeitos e instituições que administram os espaços religiosos e o turismo nesses locais.

Atualmente, segundo Raj e Griffin (2020), o turismo religioso e a peregrinação estão enfrentando um risco real, devido ao discurso sobre o impacto da pandemia, em sua maioria, estar concentrado nos impactos financeiros e materiais, deixando em segundo plano as funções espirituais e sociais dos locais religiosos, que deveriam também fazer parte dos planos de enfrentamento da Covid-19, especialmente no que diz respeito à retomada das atividades turísticas.

No contexto brasileiro, Albuquerque e Ribeiro (2020) argumentam que as desigualdades socioespaciais e as situações geográficas são condicionantes da pandemia da Covid-19, devido ao processo e aspecto estrutural de um território, marcado por vulnerabilidades herdadas e atualizadas, resultantes da relação de exploração, espoliação e opressão da globalização. Os autores ainda afirmam que a pandemia pode ter repercussões mais graves em contextos de maior desigualdade socioespacial, com aprofundamento sistêmico e duradouro das crises econômica e social nesses espaços. Nesta perspectiva, a retomada do turismo não deverá ser um movimento uniforme, mas sim demarcado pelas questões locais e de acordo com as condições sanitárias.

Ao discutir o papel do Estado na redução dos impactos da pandemia no setor turístico, Souza (2021) identifica que a demora ou a omissão governamental, em suas diferentes instâncias, como na aprovação de ações operacionais no turismo, é uma estratégia de governança que acaba contribuindo para o agravamento da crise existente. A autora converge com a argumentação de Albuquerque e Ribeiro (2021), apresentando como desafio o estabelecimento de medidas que atendam às diferentes realidades do setor: localização geográfica, público-alvo, segmentos, infraestrutura, disponibilidade financeira empresarial, entre outras. Souza (2021) ainda ressalta que, historicamente, as políticas de turismo foram precárias e articuladas com outras políticas, resumindo-se, na prática, à criação de fundos e incentivos fiscais para a implantação e melhoria de infraestrutura. Diante disso, observa-se que

a pandemia coloca em xeque e requer a discussão de que tipo de governança se tem e se quer para o turismo.

A literatura internacional já vem buscando discutir e analisar os impactos da pandemia no turismo religioso, conforme os autores citados anteriormente, bem como no turismo em geral, sendo uma temática recente e que sinaliza para muitas possibilidades de investigações futuras, bem como a emergência em repensar os caminhos do turismo nesse cenário novo que envolve saúde pública, em escala global.

No Brasil, o turismo religioso é um campo aberto para análises nesse contexto de pandemia, tanto no que se refere aos aspectos materiais do turismo religioso e da peregrinação, como também às questões subjetivas que envolvem a fé e as motivações para buscar um destino ou atrativos religiosos como opções para viagem.

Como a religião e a religiosidade se apresentam, entre outros aspectos, como a busca de esperança e conforto frente às adversidades, o contato com os espaços sagrados foi rompido, gerando a necessidade de novas condições e relações com o sagrado. A governança (constructo definido no decorrer do texto) dos destinos de turismo religioso no Brasil necessitou buscar soluções para o desafio de manter o vínculo com os fiéis, principalmente por envolver as questões subjetivas da religiosidade e espiritualidade, que é um dos principais motivadores para viagens a locais religiosos. Além disso, vê-se a necessidade de buscar condições materiais apropriadas para manter suas estruturas em funcionamento, sem a presença de turistas e/ou peregrinos.

A crise provocada pela pandemia na economia também tem seus reflexos nos âmbitos social e psicológico, com a própria ideia de fé, que pode significar conforto e esperança, mas pode ser questionada frente à crise sanitária de médio e longo prazo, como o caso brasileiro se tornou. Nesse cenário, o objetivo deste artigo é analisar as estratégias de governança do turismo religioso no contexto da pandemia da Covid-19 no município de Nova Trento, em Santa Catarina/Brasil.

A escolha do destino deve-se à existência de dois santuários católicos na localidade, o de Nossa Senhora do Bom Socorro, construído no início do século XX, e o Santuário de Santa Paulina (inaugurado em 2006), que mobiliza cerca de 70 mil visitantes por mês, conforme Ardigó; Caetano; Damo (2016), ficando atrás somente do Santuário de Aparecida, em São Paulo, no número mensal de visitantes. A presença de turistas e peregrinos se intensificou nas primeiras décadas do século XXI, após a canonização de Santa Paulina, considerada a primeira santa do Brasil (2002), gerando novas possibilidades para o desenvolvimento do município, por

meio do turismo, com a governança deste processo envolvendo a administração pública, associações empresariais, ordens religiosas e a sociedade civil, com protagonismos diferenciados e nem sempre articulados (Sartori, 2019).

As formas como as relações entre os elementos materiais e imateriais foram planejadas e administradas, nesse contexto, pode contribuir para a organização de uma governança para o turismo religioso pós-Covid, no sentido da necessidade dos sujeitos em buscar o sagrado e suas promessas de esperança, cura e salvação. O simbólico e o real do cotidiano se encontram nas formas de interpretação do sagrado e do profano no turismo religioso e na peregrinação.

2. TURISMO RELIGIOSO E PEREGRINAÇÃO

O turismo religioso envolve a necessidade de articular a distinção, bastante complexa, do turista, do turista religioso e do peregrino, nos espaços do sagrado. As motivações, interesses, expectativas e necessidades destes sujeitos podem convergir e/ou divergir, dependendo dos aspectos da análise, mas que se mostram importantes para a governança do destino.

Ambrósio (2009) destaca esta questão, ao estabelecer a importância de pesquisadores e gestores distinguirem o interesse cultural, religioso ou de ambos, naqueles que frequentam destinos de turismo religioso, para atender às demandas e expectativas. Outro ponto de análise é a diferenciação entre os espaços sagrados que são utilizados como locais de culto e cerimônias pelas religiões e os espaços, que foram sagrados em determinado tempo histórico, mas que, na atualidade, são patrimônio cultural somente, como é o caso das ruínas gregas ou egípcias, por exemplo. A sacralidade, ou seja, a relação dos fiéis com seus rituais e sua devoção, existe ainda no primeiro caso, sendo um atributo a ser levado em consideração no planejamento do destino turístico religioso, como em santuários.

A religiosidade é parte da formação histórica e cultural das sociedades humanas, independente do período temporal e das divindades veneradas. O deslocamento de sujeitos motivados pela fé é um fenômeno presente com maior ou menor intensidade, seja nas religiões politeístas ou monoteístas, conforme Geertz (1989), na busca da aproximação com o sagrado e da fé individual e coletiva, deixando o mundo profano em segundo plano, ao menos durante esse deslocamento religioso. O local considerado sagrado é um espaço de aproximação com o espiritual, diferentemente das relações estabelecidas com a crença no cotidiano.

O deslocamento de pessoas para lugares sagrados mobilizou a organização de condições básicas para acolhimento dos fiéis, que formam a base da estrutura de atendimento ao turismo.

Quando estes lugares passam a ser considerados destinos turísticos, atraem também visitantes que buscam conhecer a história e cultura da localidade, segundo Perilla e Perilla (2013), podendo, ou não, professar a fé do local. Os aspectos do patrimônio material e imaterial, entre os quais pode-se considerar o profano, são atrativos para os turistas e turistas religiosos, que buscam conhecer a história e cultura presentes naquele território. Uma questão abordada por Chand (2010) ao comparar as motivações de estrangeiros e turistas domésticos para visitas em locais sagrados, na Índia, diz respeito ao seguinte: a imersão cultural é a principal razão para os turistas estrangeiros, diferentemente dos turistas indianos, que além da religiosidade, apontaram a aproximação familiar como motivo da viagem. Chand (2010) chama atenção também à importância de estabelecer e compreender as diferenças motivacionais e expectativas no turismo religioso.

Estudos que buscam analisar e interpretar as diferenças entre o turista e o peregrino no turismo religioso vêm ganhando espaço na produção científica, uma vez que se pode inferir sobre a importância deste segmento no contexto do turismo internacional, ao relacionar os aspectos culturais da fé em suas diferentes dimensões materiais e imateriais, sagradas e profanas. Conhecer a cultura e os rituais religiosos são identificados como “os atributos mais procurados pelos turistas nos templos taoístas”, segundo Shuo, Ryan e Liu (2009) ou budistas, conforme Wong, McIntosh e Rayn (2013). Os aspectos arquitetônicos e artísticos de catedrais e igrejas cristãs também são objetos de interesse dos turistas, que não buscam a religiosidade necessariamente, conforme apontam Hughes, Bond e Ballantyne (2013).

A diferenciação entre turista religioso e peregrino é um tema abordado de diferentes perspectivas nas pesquisas, sem haver um consenso, devido às várias possibilidades de análises do fenômeno do sagrado e do profano no turismo, porque influenciam diretamente os objetivos e interesses nas viagens voltadas ao religioso.

Para Collins-Kreiner (2010), deve ocorrer o gradual desaparecimento das diferenças entre peregrinos e turistas, embora as experiências continuem heterogêneas, devido às suas motivações espirituais. Segundo Palmer, Begley e Coe (2012), a peregrinação é diferente do turismo, ao envolver sacrifícios e objetivos religiosos como prioritários durante a viagem e no destino. Paz e Frejomil (2017) abordam a perspectiva do turismo religioso, sem fazer distinção com a peregrinação, definindo duas motivações para a visita aos lugares sagrados (independente da crença religiosa): a motivação espiritual, vinculada à oração e adoração da fé; e a cultural, na participação em festas religiosas. Em uma perspectiva próxima, Rocha e Belchior (2016) entendem a peregrinação como parte do turismo religioso ou como um

elemento independente, de acordo com a intensidade, o grau da motivação religiosa, a imersão nas experiências do viajar e visitar os locais considerados sagrados para sua crença. Conforme Pereira e Christoffoli (2013), o turista tem a liberdade para escolher os atrativos e as atividades que quer participar ou conhecer no destino religioso, enquanto o peregrino ou devoto tem obrigações religiosas a cumprir, segundo os rituais e preceitos da sua fé. Nas considerações de Øian (2019), a dicotomia gerada na organização e o desenvolvimento das rotas para peregrinação com os grupos interessados no turismo, com a comercialização da peregrinação, por meio de ações de marketing e outras estratégias, provoca tensão entre os interesses seculares e religiosos, identificando não haver razão para a coexistência destas atividades.

A literatura científica em turismo vem buscando compreender turismo religioso e peregrinação como dois contextos que se aproximam, frente à dinâmica das sociedades nas últimas décadas. Essa perspectiva não é hegemônica nem homogênea, se consideradas as especificidades dos territórios religiosos e as formas como as populações locais podem compreender o turismo, representando algo positivo ou um problema para os rituais da sua fé. Nilsson e Tesfahuney (2016) identificam esse processo de mudanças de significados e simbolismos no Caminho de Santiago de Compostela, com o incentivo à utilização dessa rota religiosa com objetivos muito mais turísticos que religiosos, que alteram os sentidos católicos desta peregrinação. Ao analisarem o contexto dos templos budistas na Tailândia, Levi e Kocher (2012) apontam a necessidade de limitar as perturbações causadas pelos turistas, principalmente o barulho, ao visitarem esses locais, para a manutenção dos ritos religiosos pelos praticantes.

A coexistência da peregrinação e do turismo religioso requer da governança dos destinos planejamentos e estratégias, que possibilitem a visitação, a manifestação da fé e o respeito às comunidades e suas culturas. Como não é objetivo deste trabalho um levantamento do estado da arte das discussões sobre o turismo religioso e seus impactos nos espaços do sagrado e da peregrinação, as pesquisas apresentadas demonstram possibilidades de aproximações e distanciamentos destes conceitos, na teoria e na prática do turismo. A problemática da pandemia é um fator que pode interferir diretamente nessas concepções, sendo uma temática que surge como indicação de pesquisas futuras, para identificar o aumento das peregrinações e do turismo religioso, devido às inseguranças e aos medos gerados, como também pelo tempo de fechamento desses espaços para a visitação de turistas e fiéis.

A partir do referencial apresentando, a peregrinação e o turismo religioso são tratados de forma distinta neste trabalho, por mobilizarem diferentes subjetividades e interesses, que, em alguns momentos, podem se aproximar e, em outros, se afastar. Desta forma, o peregrino

tem a motivação da fé, da busca por uma experiência de autoconhecimento e aproximação com o sagrado, seja para pedir ou agradecer alguma “graça”, tendo, assim, obrigações a serem cumpridas durante o trajeto e no local santificado. Importante destacar que o trajeto, realizado a pé, é um ponto central, por envolver sacrifícios, orações e esforço, com uma preparação e percurso até o destino voltado ao espiritual.

O turista religioso pode, também, possuir a motivação religiosa ao escolher um destino, mas acaba não sendo seu principal objetivo, uma vez que a viagem pode já estar dedicada a outros atrativos, seja no próprio local sagrado, ou em outros espaços, com trajeto percorrido por veículo, além da perspectiva de lazer ou recreação ao longo da viagem. Ademais, o turista pode visitar locais considerados sagrados por outras religiões que não a sua, algo que o peregrino, por exemplo, não realiza, pois seu objetivo é a fé dentro de sua prática religiosa. Ambos se utilizam das estruturas de hospedagem e restauração existentes no destino, bem como podem consumir produtos e serviços disponibilizados como atrativos, que são, na maioria dos casos, implementados em virtude da possibilidade de ampliação de recursos e opções, uma vez que o turismo está desenvolvido naquele território. As necessidades dos peregrinos são diferentes daquelas dos turistas religiosos, que têm outras expectativas materiais, maiores que as espirituais, muitas vezes (Collins-Kreiner, 2010).

As formas como são planejados, administrados e desenvolvidos os destinos de turismo religioso envolvem uma multiplicidade de atores e instituições, que precisam articular interesses sagrados e profanos nos espaços religiosos, em uma convivência que apresenta resistências e conflitos, em alguns casos. Antes da pandemia, a governança no turismo religioso já enfrentava uma série de desafios, que foram potencializados com a restrição de acesso e circulação nos territórios do sagrado.

3. GOVERNANÇA

As abordagens em governança são trabalhadas por Frey (2012), que contextualiza a situação das regiões metropolitanas na América Latina e apresenta os desafios à governança, para promover práticas interativas e mais democráticas entre o Estado e a sociedade civil. Para Hall (2011), a governança é um conceito-chave nas políticas públicas, com seu uso crescente no turismo, que estabelece, em seus estudos, uma tipologia adequada para o turismo, compondo uma matriz com quatro tipos: hierarquias, mercados, redes e comunidades. Contribui-se, deste modo, para a formulação e avaliação da governança e das políticas públicas em turismo. Nas

produções mais atuais sobre a governança em turismo existem aproximações e distanciamentos destas proposições, bem como novos conceitos sendo propostos.

O conceito de governança, para Fernandes e Coriolano (2015), é um processo de descentralização do poder do Estado para representantes de diferentes segmentos da sociedade e governos (estadual e municipal), com articulação entre as esferas públicas, privadas e as lideranças locais, na colaboração de construção de agenda coletiva, consenso, articulação, visão regional, recursos técnicos e financeiros. Referente ao turismo, as autoras afirmam que a política de regionalização é proposta de intervenção e de descentralização, o que direciona a gestão a uma articulação da sociedade, por meio das instâncias de governança regional e local, com a governança sendo a forma de governar, o processo e a estrutura que estabelece a rede da política nacional de turismo.

Para Endres e Pakman (2019), essa rede, tecida pelos arranjos definidos pelos programas nacionais é o ambiente no qual as mudanças institucionais são realizadas, através dos espaços de discussão dos comitês, fóruns, conselhos e grupos gestores. O desenvolvimento do turismo no país, com essa estrutura descentralizadora e participativa, tem a capacidade de tornar mais eficientes (em teoria) as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Embora com possibilidades de avanços, os autores entendem que as mudanças são lentas e vinculadas a condicionantes, nem sempre levadas em consideração, e é preciso entender os motivos das decisões políticas dentro das estruturas que esses novos arranjos produzem nas políticas de turismo.

Na revisão da produção científica em turismo sobre governança, Mediotte, Emmendoerfer e Oliveira (2020) apontam que este conceito, no turismo, tem sido caracterizado como um paradigma econômico e incentivador de parcerias público-privadas, em grande parte dos estudos, demonstrando uma preocupação maior com questões gerencialistas, deixando em segundo plano os aspectos das ações coletivas e a atuação da sociedade civil. Os autores observam que, na produção científica, predomina a perspectiva do setor privado como protagonista no desenvolvimento do turismo e as parcerias público-privadas como apoiadoras financeiras da comunidade civil, com atuação pública inexpressiva. Chama a atenção, nessa revisão da literatura, a limitação do papel dos sujeitos na governança, apresentados como usuários ou receptores desse processo e não como parte do grupo de interesse das definições das políticas públicas de turismo.

Existem dois tipos de desafios para a constituição da governança nos destinos turísticos, segundo Coutinho e Nóbrega (2019): os institucionais e os organizacionais. Os institucionais

são associados às características do Estado e às pressões ao longo dos anos que resistiam à constituição da governança, neste caso, devido ao papel regulador/hierárquico do Estado, ao personalismo das políticas de governo e à baixa importância atribuída ao turismo. Os desafios organizacionais envolvem a relação entre os atores participantes da governança, a existência de interdependência, cooperação e a formação de vínculos, como do entendimento do papel individual na rede pela sua representação, da resolução dos conflitos internos, do envolvimento e cooperação entre os atores nesse processo de empoderamento, para atingir os objetivos particulares e coletivos, dentro da perspectiva do bem comum.

Bantim, Fratucci e Trentin (2020) identificam três perspectivas sobre a governança e suas instâncias, que são parte do processo histórico de construção e de aplicação do constructo nas diferentes realidades: 1) como instrumento conquistado na luta da sociedade civil por maior participação nas decisões da esfera pública; 2) como instrumento das políticas neoliberais, repassando ao terceiro setor funções que antes eram de responsabilidade do Estado; e 3) como instrumento utilizado pelo Estado para continuar mantendo o seu poder, com novos formatos e objetivos.

A perspectiva de Joppe (2018) aborda a necessidade de articulação entre a governança e as políticas públicas para o turismo, principalmente para a tomada de decisões, pelas organizações, frente ao contexto do rápido crescimento do turismo e da ameaça de turismo excessivo, considerando a leitura sobre destinos europeus. O autor aponta a necessidade da governança ter um papel mais significativo no turismo receptivo, uma vez que esta é uma construção social de um comportamento específico (viajar e permanecer em lugares fora do local de moradia), que é controlado por políticas, legislação e regulamentos. Para o autor, a governança refere-se a decisões ou ações – que podem ser negativas, ou estar relacionadas a não-realização –, que impactam nas políticas de turismo. Assim, o autor considera importante o envolvimento das instituições e dos sujeitos na governança, em qualquer nível.

Segundo Bichler (2021), a governança tem grande potencial para a gestão de destinos turísticos, fornecendo direção e limites de ação para os sujeitos e as instituições envolvidas, principalmente devido à importância que o turismo vem ganhando e o potencial de atrair vários atores nesses processos de decisão. O autor identifica que, ao permitir a participação dos moradores locais, envolvendo uma comunidade mais ampla para negociar os consensos e ajustar as intenções para o desenvolvimento turístico, o sucesso dos projetos a longo prazo pode ser considerado garantido. A participação dos moradores locais é um aspecto essencial da

governança do turismo, representando eficácia dentro dos arranjos de governança do turismo participativo, conclui o autor.

Frente à diversidade de conceitos e formas de governança, na prática, Ruschmann, Anjos e Júnior (2017) argumentam sobre a necessidade de instrumentos para medir a governança do turismo de um destino, incluindo a avaliação do grau de participação de atores públicos e privados, processos e procedimentos. Esse instrumento permitiria o acompanhamento da gestão dos destinos, visando a corrigir os desvios identificados, para contribuir com o desenvolvimento da atividade de forma duradoura e sustentável.

Kalaoum e Trigo (2021) identificam as divergências ou pouca precisão e os elementos em comum, na literatura, sobre o conceito de governança, para contribuir com uma construção teórica sobre este constructo e sua aplicação no turismo. Apresentam o conceito de governança turística, estabelecida em redes (envolvendo Estado, Mercado e Sociedade Civil) para o desenvolvimento da atividade turística como atributo social, cultural e ambiental, e não somente pelo viés econômico, com o respeito à transparência e responsabilidade, que são princípios da administração pública.

Sobre governança em destinos turísticos religiosos, a produção é escassa, com os trabalhos de Shinde (2018), Piva, Cerutti e Raj (2019) e Sururi (2020) tidos como referências neste aspecto. Os autores discutem a governança do turismo religioso, que é predominante como atividade turística na Índia, sendo uma lacuna à compreensão das formas como é administrado, identificando dois sistemas integrantes da governança no caso em estudo: um formal e outro, informal. No sistema formal, existem os fundos patrocinados pelo Estado e por entidades religiosas que fornecem e organizam uma variedade de serviços no turismo religioso; por outro lado, o sistema informal é pautado pela solidariedade existente na prática tradicional de peregrinação, com doações e apoio de indivíduos das comunidades locais e religiosos, auxiliando os peregrinos a concluírem seu trajeto. O autor conclui que existe um “vácuo institucional”, realidade que se deve ao turismo religioso estar em desacordo com o papel idealizado para o Estado, uma vez que, com estes dois sistemas desconexos, opera, em grande parte, além da estrutura da política estatal.

Para esta pesquisa, é utilizado o conceito de governança de Kalaoum e Trigo (2021), por incorporar as discussões nacionais e internacionais, aproximando o conceito das dinâmicas político-administrativas e do turismo da contemporaneidade, além de possibilitar as análises nas dimensões social, cultural e ambiental, significativas nas formas e formatos que o turismo religioso adquire na relação entre o sagrado e o profano nos destinos.

No contexto de mais de um ano de pandemia e das medidas sanitárias para conter a disseminação do vírus, a governança dos destinos de turismo religioso tem o desafio de articular estratégias coletivas, mas que, muitas vezes, por envolverem as práticas e tradições de instituições religiosas, esses processos não dialogam da mesma forma, gerando novas barreiras e desafios a serem superados nas novas configurações que se apresentam para o turismo.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa, já que, conforme Flick (2009), é indicada para interpretar aspectos da realidade, históricos, sociais ou grupais. Este tipo de pesquisa tem sido utilizado para a compreensão da vida humana (em diferentes campos científicos) e, segundo Creswell (2010), busca informações sobre o problema delimitado, através da obtenção de evidências com o objetivo de interpretá-lo e analisá-lo, com a utilização de referencial teórico específico.

Como características do desenvolvimento desta pesquisa, o estudo é exploratório e descritivo, já que, assim, objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, identificar conceitos ou variáveis e sugerir possibilidade de análises, conforme Marconi e Lakatos (2017). Como procedimento, utilizou-se a pesquisa documental, que é realizada na busca por documentos sobre o objeto de pesquisa, o que, para Dresch, Lacerda e Júnior (2015), possui três aspectos: definição do processo para escolha dos tipos de documentos, acesso a estes e, por fim, suas análises.

Como delineamento, foi definido o estudo de caso, compreendido como uma estratégia, que envolve e explora os dados de um determinado fenômeno, no contexto particular, e usa múltiplas fontes de evidências, para o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados (Creswell, 2010; Yin, 2010).

A análise de conteúdo pode ser caracterizada como um conjunto de técnicas utilizadas para realizar a averiguação de comunicações e emprega procedimentos objetivos e sistemáticos para encontrar o conteúdo da mensagem em investigação (Mozzato & Grzybovski, 2011). A técnica de análise de conteúdo é composta por três etapas, de acordo com Bardin (2011): 1) pré-análise, 2) exploração do material, 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, as quais foram utilizadas para interpretação e discussão dos dados neste trabalho.

Partindo dessas considerações, o destino turístico-religioso escolhido para este estudo de caso é Nova Trento, município situado em Santa Catarina/Brasil, considerado pelo governo do Estado como Estância Turístico-Religiosa e Capital Catarinense do Turismo Religioso (Lei Estadual nº 10.568, de 7 de novembro de 1997). Foram utilizadas para esta pesquisa as fontes

documentais, coletadas nos sites oficiais das instâncias de governança pública, identificadas no destino deste estudo de caso: pública, Prefeitura Municipal de Nova Trento (www.novatrento.sc.gov.br/); religiosas, Santuário Santa Paulina (santuariosantapaulina.org.br/) e Paróquia São Virgílio (paroquiasaovirgilio.com.br/site/); e empresarial, Associação Neotrentina de Turismo – Neotur (www.neoturismo.tur.br/). Como complemento, também foram pesquisadas as páginas dessas instâncias em redes sociais oficiais, quando necessário, para verificar as relações entre demanda e oferta.

A pesquisa documental e análise foi realizada com a leitura flutuante dos dados coletados inicialmente, para a classificação e categorização das informações, selecionadas nos documentos no período de março de 2020 a maio de 2021. As categorias de turismo e pandemia foram utilizadas para a interpretação dos processos de governança neste destino. A análise de conteúdo, com o uso das fontes documentais, possibilita a interpretação dos discursos que permeiam a sociedade e seus impactos na produção de novos sentidos ou resistências frente a um determinado fenômeno, neste caso, a pandemia e suas consequências na governança do fazer turístico.

As interpretações dos dados com a análise dos conteúdos, com a utilização dos referenciais teóricos, pretendem identificar o que se esconde sob a realidade cotidiana: o que significa e o que representa o discurso enunciado nestes documentos para os diferentes atores do destino turístico e a formas da gestão nas práticas de governança, ou não. Os desafios apresentados com a pandemia da Covid-19 para a governança do turismo geram novos discursos sobre a realidade, que podem contribuir para novas práticas de fazer turismo, seja para os turistas, seja para as comunidades receptoras, que podem ser identificadas com a análise documental, como fonte.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O município de Nova Trento, distante cerca de 90 quilômetros da capital de Santa Catarina (Florianópolis) e 40 quilômetros da BR-101, localizado na região turística “Vale Europeu”, começou a ganhar destaque no turismo religioso estadual e nacional, com a beatificação de Amábilis Lúcia Visentainer, em 1991, conhecida atualmente pelo nome religioso Madre Paulina. A beatificação, que ocorreu em Florianópolis, impulsionou a chegada de peregrinos e fiéis – agora não somente em âmbito regional –, que buscam e agradecem as graças alcançadas. Como o município já recebia um fluxo de visitantes, devido à existência do Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro (administrado pela Paróquia São Virgílio), com

o aumento da demanda, fez-se necessária a ampliação das estruturas para acolhimento e atendimento, com a articulação entre a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição e os poderes públicos estadual e municipal, para melhorias nos acessos e demais questões de infraestrutura.

A governança, neste contexto, era a relação entre o público e a instituição religiosa, que administra o território religioso, transformado em Santuário, em 1997. Com a canonização, em 2002, e o reconhecimento como a primeira santa do Brasil, o Santuário Santa Paulina passou a receber peregrinos e turistas, principalmente aos finais de semana, aos milhares. Em 2003, foi fundada a Associação Neotrentina do Turismo (Neotur), formada pelos empresários locais, preocupados com as definições do turismo religioso para a cidade, focado quase que exclusivamente na figura de Santa Paulina. A governança do turismo alcançou um novo papel, buscando estabelecer diálogos entre o público, o privado e as instituições religiosas, embora a participação da comunidade ficasse restrita ao Conselho Municipal de Turismo, que não possui uma frequência consistente de reuniões e atividades, ou seja, muito limitado e pouco atuante neste contexto.

Este resumo do desenvolvimento do turismo religioso em Nova Trento, que movimentava cerca de 70 mil visitantes por mês, sendo o Santuário Santa Paulina o principal atrativo, demonstra uma fragmentação na governança do turismo local, com estratégias realizadas de forma individualizada, com preocupação econômica frente às demais demandas. A própria inexistência de dados efetivos sobre o fluxo de visitantes no destino, como um todo, reforça a dificuldade de articulação da governança: o turismo foi se desenvolvendo sem um planejamento adequado, preocupado em atrair o número máximo de visitantes, visando aos benefícios positivos gerados neste processo, neste caso, centrado no Santuário Santa Paulina e seu entorno (Sartori, 2019).

Com a definição da pandemia, foram estipuladas restrições sanitárias pelo governo estadual com o objetivo de conter a disseminação do coronavírus (Covid-19), a partir do dia 17 de março de 2020, que, entre outras decisões, levou ao fechamento dos espaços religiosos para visitação, além das atividades comerciais envolvidas (Santa Catarina, 2020). As atividades religiosas passaram a ocorrer de forma virtual ao longo daquele ano, pelas reedições de decretos de isolamento e distanciamento social por parte do governo estadual e pelas definições das instituições religiosas. As missas e celebrações foram transmitidas pelas redes sociais, no caso do Santuário Santa Paulina, pelas contas no Facebook e Youtube, e somente pelo Facebook, na Paróquia São Virgílio. A preocupação, na análise das informações disponíveis nos sites e redes

sociais oficiais, foi centrada no atendimento espiritual dos fiéis, sem a questão turística ter espaço nos primeiros meses, devido às restrições de circulação e ao próprio fechamento dos templos, dos estabelecimentos comerciais, de alimentos e bebidas.

Eventos religiosos, que envolviam grande movimentação de peregrinos e turistas, foram cancelados. A subida ao Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro, localizado a 525 metros de altitude, que ocorre na madrugada da Sexta-Feira Santa, que antecede a Páscoa católica, foi proibida, com a presença de forças policiais na estrada de acesso. As procissões da Sexta-Feira Santa e de Corpus Christi, promovidas também pela Paróquia de São Virgílio foram canceladas, ocorrendo somente celebrações on-line, sem a presença de público, em 2020 e 2021.

As peregrinações com destino ao Santuário Santa Paulina também não ocorreram, como as demais celebrações litúrgicas de forma presencial, somente on-line, principalmente no ano de 2020. Pela projeção religiosa e turística, o Santuário possui peregrinações realizadas anualmente, sendo duas organizadas pela própria Congregação das Irmãs: a “Peregrinação Santa Paulina”, com cerca de 70 quilômetros, refazendo o caminho percorrido pelos imigrantes italianos em 1875, no qual Santa Paulina fez parte (Itajaí - Brusque - Nova Trento) e “Caminhos de Santa Paulina”, com aproximadamente 30 quilômetros de extensão, percorrendo estradas, em Nova Trento.

Outras peregrinações, organizadas por devotos, também acontecem, sendo as principais, pelo número de participantes: “Peregrinação Penitencial da Fé”, provenientes de Brusque (SC), perfazendo cerca de 30 quilômetros de caminhada; de Doutor Pedrinho (SC), com 126 quilômetros; de Tubarão (SC), com aproximadamente 250 quilômetros; de Balneário Camboriú (SC), com cerca de 80 quilômetros de distância, promovida pela Associação de Caminhantes de Santa Paulina; de Imbituba (SC), com aproximadamente 165 quilômetros, cidade em que ocorreu o primeiro milagre de Madre Paulina; de Itapema (SC), com cerca de 70 quilômetros, intitulada "Queremos Ver Jesus". Outras peregrinações, em pequenos grupos, ou mesmo de forma individual, ocorrem ao longo do ano, proporcionando a interação com os moradores locais e os turistas, que são o principal público que visita o Santuário e a cidade de Nova Trento.

A única ação de governança integrada identificada na análise documental e nos discursos, nesse período de pandemia, envolvendo Santuário Santa Paulina, Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, Paróquia São Virgílio, Secretaria de Turismo e Polícia Militar, foi no dia de Corpus Christi, de 2020, quando aconteceu a passagem do Santíssimo Sacramento pelas ruas da cidade, em carro aberto, com saída da Igreja Matriz e chegada ao Santuário Santa Paulina, para bênção final, transmitida on-line. Para evitar aglomerações, os moradores das ruas

por onde passou o veículo com o símbolo religioso foram convidados a enfeitar a frente das casas e acompanhar o evento, das calçadas, mantendo o distanciamento e usando máscaras. A busca pela realização de um evento religioso articulou a governança para manter a concepção de fé, que demarca uma das possibilidades de identidade do município trabalhada como atrativo turístico.

A governança em rede, como definem Kalaoum e Trigo (2021), apresenta-se como tímida no contexto da pandemia, mas, ao mesmo tempo, a articulação envolve os atributos sociais e da comunidade, difundindo esta atividade nas mídias sociais, o que agrega valores na perspectiva turística. O desafio de envolver o turista religioso e o peregrino somente ocorre através das celebrações religiosas on-line, ou seja, a governança não conseguiu articular outras estratégias, ou buscar alternativas frente a essa realidade de isolamento e restrições sanitárias. Se, anteriormente à pandemia, a articulação da governança era complexa, ao realizar a análise dos conteúdos disponibilizados nas páginas e redes sociais oficiais, percebeu-se que, durante este contexto, ela foi quase inexistente.

A retomada para visitação de algumas partes do complexo do Santuário de Santa Paulina iniciou na metade de maio de 2020, com abertura da loja oficial do Santuário e lojas do centro comercial existente. O Hotel do Santuário reabriu em junho e as celebrações religiosas com a presença de público na Basílica somente aconteceu em 27 de outubro de 2020. No que se refere à Paróquia São Virgílio, as missas presenciais foram retomadas no final de junho, inclusive no Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro. Uma inovação observada foi a continuação das transmissões on-line, atendendo à legislação sobre a limitação da ocupação dos templos, apresentando-se como uma forma híbrida de envolver a relação dos fiéis com o sagrado, o que impacta nas subjetividades e pode também levar o próprio sujeito a indagar a necessidade de se deslocar para cumprir seus ritos e deveres religiosos.

Novamente, a ação da governança é inexistente no processo de abertura, sendo identificada somente uma reunião sobre a retomada do turismo, no final do mês de junho, envolvendo a Prefeitura e os lojistas do Santuário Santa Paulina. A noção do turismo e do turismo religioso em Nova Trento, focado em Santa Paulina, é reforçada pela importância da administração pública com este espaço religioso. A falta de articulação desta rede sobre o turismo gera a ausência de políticas públicas, impactando na organização e no planejamento, levando a interpretações diferentes do turismo e sua importância para as instâncias de governança, moradores locais, para os próprios turistas religiosos e peregrinos, que acabam

sendo mobilizados pelos significados, pelo marketing sobre a figura de Santa Paulina e a infraestrutura existente.

Embora não sendo possível encontrar indicadores sobre os percentuais do turismo como atividade econômica dentro dos dados municipais, ao se comparar a queda na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços) com o período de fechamento e restrições de circulação mais severas, pelos decretos estaduais, são convergentes os seguintes fenômenos: comparado ao ano de 2019, a queda é de 23,2% em abril, 28,9% em maio (que coincide com o aniversário de canonização de Santa Paulina) e 17,2% no mês de junho, de acordo com as análises das informações disponibilizadas pelo site da Fecam (Federação Catarinense dos Municípios). O aumento mais significativo da elevação desta arrecadação ocorre a partir de outubro, juntamente com a liberação de mais espaços para visitação e a retomada de atividades, mais amplas nos empreendimentos de alimentos e bebidas, por exemplo.

Somente no Centro Comercial do Santuário Santa Paulina, próximo à Basílica, são 62 lojas de venda de produtos variados, além de outros estabelecimentos do gênero, restaurante e vinícolas, situados ao longo da rua de acesso. Esses fatores econômicos necessitam também de estudos e análises para entender como peregrinos e turistas religiosos consomem os bens e serviços ofertados e se estas atividades interferem nos rituais religiosos e espirituais, como analisam Levi e Kocher (2012). Voltando a Kalaoum e Trigo (2021), o desenvolvimento da atividade turística como atributo social, cultural e ambiental é um desafio a ser compreendido e trabalhado na governança de Nova Trento, devido à fragilidade da rede existente e a ausência de interlocução com a comunidade local também.

O turismo religioso, segmento que é o principal atrativo do município nas últimas duas décadas (Sartori, 2019), não possui um planejamento adequado e as estratégias da governança foram insuficientes, pela ausência de articulação entre os envolvidos, como demonstram os documentos pesquisados e analisados neste trabalho. A ausência de propostas de estratégias efetivas que envolvem os diferentes atrativos, de forma coerente, foi identificada durante o período de virtualidade e nesse processo de abertura e hibridização entre o presencial e o virtual nos rituais. Uma diferença observada foi a interação do público nos perfis das redes sociais, o que não é possível nas missas televisionadas por canais católicos, como ocorria no Santuário Santa Paulina, o que pode se tornar uma tendência e representar um mecanismo a ser explorado para aproximação dos fiéis, turistas religiosos e peregrinos dos atrativos e uma das possibilidades para o desenvolvimento turístico-religioso do município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia trouxe uma série de desafios para a saúde pública e as demais áreas da sociedade, frente às dificuldades de evitar a propagação da doença e as mortes. No entanto, infelizmente, no Brasil, as políticas e intervenções dos poderes públicos foram, em muitos momentos, insuficientes e lentas, gerando uma realidade que, em meados de 2021 ainda representa uma incógnita sobre os impactos e as consequências para o futuro próximo. O turismo, por envolver deslocamentos, hospedagens, aglomerações, precisou reinventar seus planejamentos, suas práticas e relações com as comunidades locais e turistas, para manter a atratividade dos destinos.

Com o turismo religioso, os desafios se tornaram ainda maiores, pelas relações com o espiritual e o sagrado: a busca de alento, esperança e conforto nos espaços do sagrado foram impedidos de ocorrer, gerando a necessidade de outras formas de aproximação com a fé. Ao analisar o turismo religioso, com o estudo de caso de Nova Trento (SC), as estratégias desenvolvidas pelos grupos gestores foram descentralizadas, sem estabelecer as relações dentro da esfera de governança, quase inexistente neste processo. O poder público atuou no sentido de fiscalizar o atendimento dos protocolos estipulados nos decretos sanitários, sem estratégias efetivas junto às instâncias religiosas, que são os principais atrativos do município.

A realização das celebrações religiosas pelas redes sociais predominou como alternativa de manter a fidelidade junto ao sagrado até junho de 2020, principalmente quando os decretos estaduais iniciaram um processo de relaxamento das restrições. Neste processo, com o aumento da transmissibilidade da Covid-19, a partir de março de 2021, a presença de pessoas nas celebrações foi reduzida ou proibida, de acordo com os decretos sanitários estaduais. A hibridização entre o presencial e o virtual, mediado pelas tecnologias, se apresenta como uma tendência a ser mantida pelas instituições religiosas no município.

A governança local tem uma articulação frágil, com predomínio do atrativo Santuário Santa Paulina como principal indutor de turistas religiosos e peregrinos, com seu planejamento independente dos outros atores. A ausência de políticas públicas de turismo, mesmo antes da pandemia, fica ainda mais visível, sem planejamentos integrados para a reabertura dos templos e da recepção dos turistas e peregrinos, o que ficou a cargo das instituições religiosas, pela observância das medidas sanitárias.

Embora as especificidades deste estudo de caso não possibilitem generalizações, a governança do turismo religioso é centrada nos aspectos econômicos, não abrangendo as

relações mais amplas com os demais segmentos sociais e culturais para definições das políticas para o turismo. A descentralização do poder de decisão do turismo local fragiliza a governança e os próprios sentidos e representações do turismo religioso para a população local, que se apresenta como possibilidades de estudos futuros, no comparativo do antes e do depois da pandemia.

A dificuldade de acesso a dados e documentos foi uma fragilidade desta pesquisa, seja pela ausência ou inexistência de dados consistentes nas páginas oficiais, predominando, portanto, as estimativas sobre o turismo no município. A proximidade do objeto de estudo com o momento vivido, ou seja, o fato de viver em meio a uma pandemia, pode ser considerado um fator que influencia nesta fragilidade e nas análises, pelos discursos terem frequências diversificadas, dependendo das tensões e pressões causadas pelas restrições sanitárias.

Pela importância para o turismo regional e estadual, a governança turística de Nova Trento necessita repensar suas estratégias e planejamentos, como também sua ausência, pelas possibilidades que podem ser incrementadas, a fim de ampliar a atratividade de turistas religiosos, e, principalmente, de peregrinos. A articulação para um turismo que agregue aspectos sociais, ambientais e culturais, além de fortalecer o turismo religioso, pode também incentivar outros atrativos a se desenvolverem, como o cicloturismo, as tradições trentino-italianas e o turismo de aventura, que têm suas iniciativas ainda tímidas. Os desafios da governança no turismo religioso são mesmo maiores e precisam superar o aspecto econômico, por envolverem oposições de conceitos entre o sagrado e o profano, que precisam coexistir dentro dos interesses de peregrinos e turistas religiosos, que convergem e divergem ao mesmo tempo. A tendência, nessas ressignificações geradas nas relações sociais, é a ampliação dessas dicotomias e de como as experiências com o sagrado poderão ser mais valorizadas, ou não.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, M. V., & Ribeiro, L. H. L. (2020). Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(12), 1-14.
- Ambrósio, V. (2009). Cidades-Santuário: oferta e procura - síntese de estatísticas editadas (1ª e 2.ª parte). *Encontros Científicos -Tourism & Management Studies*, 5, 95-112.
- Ardigó, C. M.; Caetano, L.; Damo, L. P. (2016). O turismo religioso e o processo de comunicação de marketing: um estudo do Santuário de Santa Paulina em Nova Trento – SC. *Turismo - Visão e Ação*, 18(2), 353-377.

- Bantim, N., Fratucci, A., & Trentin, F. (2020). O papel do Estado nas instâncias de governança regionais do Turismo. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 14(2), 39-58.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bichler, B.F. (2021). Designing tourism governance: The role of local residents. *Journal of Destination Marketing & Management*, 19, 1-12.
- Chand, M. (2010). A cross-national study of motivational determinants among non-resident indian visitors to religious centers in India. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, 11, 22–38.
- Collins-Kreiner, N. (2010). Researching pilgrimage: continuity and transformations. *Annals of Tourism Research*, 37(2), 440-456.
- Coutinho, A. C. A., & Nóbrega, W. R. M. (2019). Governance in tourist destinations: challenges in modern Society. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(03), 55-70.
- Creswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed.
- Dresch, A., Lacerda, D. P., & Júnior, J. A. V. A. (2015). *Design Science Research: Método de Pesquisa para Avanço da Ciência e Tecnologia*. Porto Alegre: Bookman.
- Endres, A.V., & Pakman, E.T. (2019). Governability of tourist policies: the role of the participation spaces in the perspective of the network analysis and the institutional theory. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(1), 01-18.
- Fernandes, L. M. M., & Coriolano L. N. M. T. (2015). A governança na política nacional de regionalização do turismo: estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará. *Revista Turismo - Visão e Ação*, 17(2), 247-278.
- Flick, U. (2009). *Métodos de Pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Frey, K. (2012). Abordagens de governança em áreas metropolitanas da América Latina: avanços e entraves. *URBE Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4(1), 87-102.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Hall, C. M. (2011). A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. *Journal of Sustainable Tourism*, 19, 437-457.
- Hughes, K., Bond, N., & Ballantyne, R. (2013). Designing and managing interpretive experiences at religious sites: Visitors' perceptions of Canterbury Cathedral. *Tourism Management*, 36, 210-220.
- Joppe, M. (2018). Tourism policy and governance: Quo vadis? *Tourism Management Perspectives*, 25, 201-204.

- Kalaoum, F., & Trigo, L. G. G. (2021). Reflexões teóricas sobre Governança Pública e Governança Turística. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 13(1), 71-89.
- Korstanje, M. E. (2020) "The Impact of Coronavirus on Religious Tourism: Is this the End of Pilgrimage?". *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*: 8(7), 23-32.
- Levi, D., & Kocher, S. (2012). Perception of sacredness at heritage religious sites. *Environment and Behavior*, 45(7), 912-930.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. (8a ed.). São Paulo: Atlas.
- Mediotte, E. J., Emmendoerfer, M. L., & Oliveira, G. A. (2020). A polissemia da governança pública nos estudos do turismo: uma revisão sistemática. *Revista Turismo em Análise*, 31(1), 159-178.
- Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 731-747.
- Nilsson, M., & Tesfahuney, M. (2016). Performing the “post-secular” in Santiago de Compostela. *Annals of Tourism Research*, 57, 18-30.
- Øian, H. (2019). Pilgrim routes as contested spaces in Norway. *Tourism Geographies*, 1-20.
- Olsen, D.H., & Timothy, D. (2020) "The COVID-19 Pandemic and Religious Travel: Present and Future Trends". *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 8(7), 170-188.
- Palmer, C.T., Begley, R.O., & Coe, K. (2012). In defence of differentiating pilgrimage from tourism. *International Journal Tourism Anthropology*, 2(1), 71-85.
- Paz, L.D. R., & Frejomil, E.P. (2017). Turismo religioso en la Basílica del Cristo Negro de Esquipulas, Guatemala. *El Periplo Sustentable*, 33, 394-427.
- Pereira, R.M.F.A., & Christoffoli, A.R. (2013). A evolução dos santuários católicos brasileiros: os casos de Aparecida-SP, Iguape-SP e Nova Trento-SC e a caracterização dos seus visitantes. *CULTUR. Revista de Cultura e Turismo*, 07(02), 87-110.
- Perilla, S.M.T., & Perilla, N.T. (2013). Turismo religioso: fenómeno social y económico. *Anuario Turismo y Sociedad*, XIV, 237-249.
- Piva, E., Cerutti, S., & Raj, R. (2019). Managing the Sacred: a Governance Perspective for Religious Tourism Destinations. In Griffiths M., Wiltshier P. (eds), *Managing Religious Tourism*, (10-21). Wallingford: CABI international.
- Raj, R., & Griffin, K.A. (2020) "Reflecting on the Impact of COVID-19 on Religious Tourism and Pilgrimage," *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 8(7), 1-9.
- Rocha, T.V.C., & Belchior, M.H.C.S. (2016). A Intersecção entre Peregrino e Turista Religioso: os diferentes caminhos ao sagrado. *Turismo em Análise*, 27(2), 274-298.

Ruschmann, D. V. M., Anjos, F. A., & Júnior, A. M.. (2017). Indicadores de avaliação de governança em destinos turísticos – uma análise da aplicabilidade dos modelos propostos. *Applied Tourism*, 2(1), 128-148.

Santa Catarina. (2020). Decreto Nº 515, de 17 de março de 2020. Declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências.

Sartori, A. (2019). ‘Um pedacinho da Itália’ ou ‘terra de Santa Paulina’? Planejamento turístico em Nova Trento-SC. 1990-2010. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 11(3), 679-694.

Shinde, K. A. (2018). Governance and management of religious tourism in India. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 6(1), 58-71.

Shuo, Y. S., Ryan, C., & Liu, G. (2009). Taoism, temples and tourists: the case of Mazu pilgrimage tourism. *Tourism Management*, 30(4), 581-588.

Souza, M. C. C. O. (2021). Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 15(1), 1-13.

Sururi, A. (2020). Collaborative governance actor in the revitalization Program of Old Banten Religious Tourism Area. *Policy & Governance Review*, 4(2), 128-139

WHO. World Health Organization. (2020). Coronavirus disease 2019 (COVID-19). *Situation Report*, 51, 1-9.

Wolff, E. (2021). Igreja Católica e fé cristã em tempos de coronavírus/Covid-19. *Estudos Teológicos*, 60(2), 627-648.

Wong, C. U. I., McIntosh, A., & Ryan, C. (2013). Buddhism and tourism. *Annals of Tourism Research*, 40, 213-234.

Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SARTORI, A. (2022). A governança do turismo religioso na pandemia da Covid-19: o estudo de caso de Nova Trento/SC – Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 10(1), 117-139.

<https://doi.org/10.21680/2357-8211.2022v10n1ID25956>
